

Lima Filho quer o povo nas ruas pela soberania

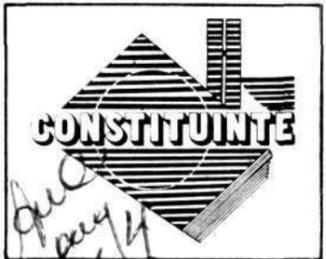
"O povo deverá voltar às ruas e ao plenário da Constituinte em defesa da soberania nacional, para enfrentar a bem articulada estratégia da direita, que apoiada por empresas multinacionais, entregou o país ao capital estrangeiro".

O apelo foi lançado ontem, no Congresso Nacional, pelo deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), um dos relatores das subcomissões da Ordem Econômica, que teve o seu parecer sobre a política agrícola e fundiária e Reforma Agrária neutralizado pelo substitutivo de Rosa Prata (PMDB-MG).

As forças conservadoras que saíram vitoriosas na etapa inicial dos trabalhos da Constituinte, como o PDS, o PFL e os centros democráticos enumerados por Oswaldo Lima Filho, se organizaram, segundo ele, com a intervenção do capital multinacional, "responsável até mesmo pelo pagamento do aluguel de casas no Lago, em Brasília, onde se reuniram para barrar os avanços democráticos necessários ao país", frisou.

Dentro da subcomissão de política agrícola, os conservadores não aceitaram nenhum tipo de negociação, principalmente no que dizia respeito ao limite da propriedade rural.

Ao mesmo tempo em que elogiou Mário Covas, "que se empenhou pela aprovação do relatório viabilizando a Reforma Agrária, Lima Filho afirmou que as forças contrárias encontram



respaldo na atuação do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

"Para os movimentos de reforma social profunda, Ulysses Guimarães não tem nenhum entusiasmo", disse ainda Oswaldo Lima Filho, classificando-o como "irrecuperável". E completou:

"Combatente luta contra o autoritarismo, ele tem se posicionado muito mais por uma democracia formal do que real".

Ao justificar a sua decepção com o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Oswaldo Lima Filho relatou que além de permitir o substitutivo de Rosa Prata, anti-regimental pelo atraso em que foi apresentado, enviou ainda o seu assessor Paulo Afonso para assessorar Edison Lobão (PFL-MA), presidente da Subcomissão, que cometeu todos os tipos de violência para alterar os resultados da votação. O pedido de Covas para substituição de Benedito Monteiro (PMDB-PA), que configurava a maioria para aprovação do relatório, foi barrada por Edison Lobão com o aval de Ulysses Guimarães. O requerimento, que deveria ter a sua assinatura — exigência feita por Lobão — voltou com uma única resposta, "publique-se", e acabou sendo recusado. Para Oswaldo Lima Filho, com esta atitude Ulysses Guimarães, como Pôncio Pilatos, lavou as mãos.

Deputado tenta anular votação

O deputado Percival Muniz (PMDB-MT) pediu ontem ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães a anulação de todas as votações na Subcomissão de Reforma Agrária, por considerá-las "comprovadamente ilegais". O objetivo do deputado é que a subcomissão volte a se reunir para realizar nova votação.

Segundo o deputado, todo o processo constituinte foi "posto em dúvida por diversas manobras e desajustes regi-

Gabriel prevê lei progressista

A cada privilégio das camadas mais ricas da sociedade garantido na Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, é natural que haja uma contrapartida dos setores empenhados em corrigir as injustiças sociais produzidas por esses privilégios. Esse argumento foi utilizado pelo relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), para explicar por que acredita na manutenção — e até ampliação — dos dispositivos aprovados nas três subcomissões, que asseguraram jornada de trabalho de 40 horas semanais, estabilidade no emprego e aposentadoria aos 30 anos de serviço, entre outros benefícios.

A Comissão da Ordem Social transformou-se no maior reduto dos setores "progressistas" do PMDB, especialmente, e até do PFL e do PDS foram incluídos constituintes não "conservadores". Até o final do trabalho das Subcomissões, a intervenção dos conservadores foi discreta e sempre minori-

mentais por parte do presidente da comissão, senador Edson Lobão (PFL-MA). O fato mais grave citado pelo parlamentar, foi a aceitação, pelo senador Edson Lobão de substitutivo integral ao anteprojeto do relator. "Isso configurou o mais grave desrespeito ao regimento interno da Constituinte porque esse procedimento é expressamente vetado pelo artigo 21, parágrafo 1º combinado com o parágrafo 2º do artigo 23", disse Percival Muniz.

Tanto, que os relatórios, considerados avançados, foram aprovados sem maiores problemas. É previsível, no entanto, que os descontentes passem a articular-se daqui para a frente, e essa reação deve partir principalmente do setor empresarial, avaliou membro da comissão.

O relator Almir Gabriel disse que pretende seguir a orientação dos relatórios recolhendo as posições do maior número possível dos 65 integrantes da Comissão. Mas não quis adiantar posições pessoais. Adiantou, apenas, que pretende incluir na Constituição direitos essenciais da pessoa como os de vida, educação, saúde e trabalho.

Enquanto na Comissão da Ordem Econômica há uma maioria de 41 conservadores para 25 progressistas, a Comissão da Ordem Social indica uma proporção inversa, de 41 progressistas para 24 conservadores, embora esses números ainda possam sofrer variações.

Para procuradores, mudança na Justiça é "provinciana"

A representação judicial da União, retirada do Ministério Público Federal e transferida para um quadro de "advogados da União", foi classificada pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Álvaro Augusto Costa, como um gesto de "provincianismo" da Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público. O procurador alerta que a retirada desta prerrogativa pode desencadear distorções irreversíveis para a atuação do Ministério Público da União em relação aos poderes da República.

"É inconcebível que justamente agora, quando se pretende dotar o Ministério Público, tanto a nível federal, quanto estadual, das condições mínimas para que se possa atuar com independência e eficácia na defesa do interesse público, seja retirada da instituição logo a parcela de sua responsabilidade que mais justifica a sua existência", desabafou o procurador.

O Ministério Público Federal é o fator

de equilíbrio entre os poderes da República e de garantia pelo cumprimento da lei com expressão da soberania popular, frisa o presidente da Associação Nacional dos Procuradores.

A respeito do parecer da Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público, a Associação apresenta as seguintes indagações: a quem interessa a retirada da representação da União da responsabilidade do MPF? Será que os bens, interesses, serviços, valores, poderão estar suficientemente protegidos se esta representação for atribuída a órgãos cuja atuação obedece a critérios contingentes da própria administração?

Repúdio

A Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos da União, através de nota emitida ontem, repudia veementemente a manifestação da Associação Nacional dos Procuradores, e atribui a esta instituição apenas o cumprimento de encargos singulares, como o de fiscal da lei e de sua correta aplicação.

Anteprojeto propõe que Estado deva informar

O Estado tem a obrigação de informar e atender às solicitações de informação oriundas dos veículos de comunicação em todos os assuntos de interesse público — é o que define, basicamente, para a área de comunicação no Brasil, o anteprojeto da Subcomissão da Ciência, Tecnologia e da Comunicação, aprovado no último fim de semana.

De acordo com o texto, "toda informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana" e todo cidadão tem direito, sem restrições, à liberdade de receber e transmitir informações, idéias e opiniões "por quaisquer meios e veículos de comunicação". Fica assegurado o amplo exercício, por parte dos meios de comunicação, do pluralismo ideológico e cultural.

Prevê o anteprojeto que a publicação de veículo impresso de comunicação independerá de licença oficial, sendo a propriedade das empresas do setor privativa de brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 anos. Fica também vedada a participação acionária de pessoa jurídica no capital social da empresa, com exceção apenas para partidos políticos.

O anteprojeto da subcomissão conclui com a observação de que qualquer manifestação do pensamento é livre e não deverá ser submetida a censura, pois caberá a cada um responder, na forma da lei, pelos abusos que vier a cometer. O texto determina que a responsabilidade sobre o que for divulgado, caso a matéria não seja assinada, caberá ao órgão divulgador. E ainda assegurado o direito de resposta.

Tecnologia

O anteprojeto da Subcomissão prevê, para a área de Ciência e Tecnologia, a garantia da reserva de mercado interno, para assegurar o desenvolvimento econômico e a autonomia do país nos setores tecnológico e cultural. Estabelece o texto os critérios para identificação do que é empresa nacional em setores nos quais a produção de tecnologia seja fator determinante.

Será garantida pelo Estado a absoluta privacidade do indivíduo em sua vida civil, sendo vedado por quaisquer órgãos o fornecimento de informações de caráter pessoal, a não ser por requerimento da Justiça. Todo o cidadão terá acesso gratuito às informações a seu respeito, conclui o anteprojeto.



Governador acha que divisão não resolverá

Pires é contra proposta para a divisão da Bahia

Salvador — O governador Waldir Pires comunicou-se com o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, e com o deputado Luiz Henrique, líder do partido na Câmara Federal, expressando-lhes sua posição "profundamente contrária" à divisão do estado da Bahia, proposta pelo deputado do PMDB baiano, Fernando Gomes. Gomes pretende criar o Estado de Santa Cruz numa região que integra hoje o sul e parte do oeste e sudoeste baianos.

— A Bahia é indivisível pela sua história e pelo seu destino e lutar pela integridade do seu território, pois entende que os problemas do país não se resolvem ao apegar-se um estado da grandeza histórica da Bahia — afirmou o governador.

Pires disse que lutará pelo desenvolvimento da região sul da Bahia, já que tanto a União como próprio estado têm sido ingratos com a região, "que tem dado contribuição expressiva para o desenvolvimento do país". Ressaltando que respeita a iniciativa do deputado Fernando Gomes, embora "divirja dela essencial e profundamente", Pires disse que "quanto mais unido estiver o estado, mais ele será capaz de devolver ao sul da Bahia tudo quanto essa região merece".

No Sul, católicos vão coletar emendas

Porto Alegre — A Igreja Católica no Rio Grande do Sul vai mobilizar as suas 20 dioceses, centenas de igrejas, paróquias, capelas, padres, freiras e religiosos e tentar junto ao 8,5 milhões de gaúchos (em sua maioria católicos, segundo o IBGE) sua colaboração visando a apresentação de emendas populares a Constituinte, através de campanha de coleta de assinaturas (30 mil por cada emenda), iniciando agora em junho trabalho de "esclarecimento, de estudo e de organização das assinaturas".

Segundo ex-presidente da CNBB e bispo de Santa Maria, D. Ivo Lorscheiter, "o Brasil vive um momento grave e decisivo para a sua organização democrática" e não pode deixar os cristãos indiferentes aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Por isso, a Igreja vai deflagrar sua campanha, mas o próprio D. Ivo adverte aos cristãos: "Ninguém precisa precipitar-se e ninguém deverá deixar-se atropelar", devendo examinar bem a proposta de emenda constitucional, antes de colocar sua assinatura.

Além de sugerir aos seus paroquianos (os 600 mil habitantes de Santa Maria) que enviem telegramas ou cartas aos constituintes, pedindo por determinadas propostas, D. Ivo citou os 14 itens básicos, já aprovados pela Assembleia Geral da CNBB e que devem merecer tratamento prioritário na apresentação de emendas populares. Entre eles, o que pede um referendo popular para os temas mais polêmicos ou importantes da nova Constituição e o que solicita "uma forma permanente de o povo apresentar projetos de lei".

Para o ex-presidente da CNBB, a primazia do trabalho sobre o capital; a fixação de critérios eficazes para aplicação da reforma agrária; a regulamentação da posse e uso do solo urbano; a preservação da vida contra o aborto deliberado, entansia e tortura são alguns dos outros pontos que merecem apresentação de emendas populares. Na campanha, serão distribuídos também folhetos com instruções mostrando que cada eleitor só poderá assinar três emendas diferentes.

Trabalho agora é com as comissões

As oito Comissões Temáticas já receberam das 24 Subcomissões os anteprojeto da Constituição, iniciando ontem a segunda etapa dos trabalhos, com a fase de discussão e recebimento de emendas, que terminará na próxima segunda-feira. A partir daí, inicia-se o prazo de cinco dias para o relator emitir parecer sobre as emendas, concluindo com a apresentação do substitutivo.

Após a publicação do relatório, a matéria começará a ser votada no dia 9 de junho, devendo ser terminado o processo de votação até sexta-feira, dia 12 de junho. No sábado, será apresentada a redação final e na segunda-feira, dia 15 de junho, estará encerrada a segunda etapa, com o encaminhamento dos projetos elaborados pelas oito Comissões à Comissão de Sistematização.

As oito comissões temáticas já receberam das 24 subcomissões os anteprojeto da Constituição, iniciando ontem a segunda etapa dos trabalhos, com a fase de discussão e recebimento de emendas, que terminará na próxima segunda-feira. A partir daí, inicia-se o prazo de cinco dias para o relator emitir parecer sobre as emendas, concluindo com a apresentação do substitutivo.

Após a publicação do relatório, a matéria começará a ser votada no dia 9 de junho, devendo ser terminado o processo de votação até sexta-feira, dia 12 de junho. No sábado, será apresentada a redação final e na segunda-feira, dia 15 de junho, estará encerrada a segunda etapa com o encaminhamento dos projetos elaborados pelas oito comissões à Comissão de Sistematização

Soberania

Ao abrir ontem a primeira reunião da Comissão da Soberania, e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, se declarou orgulhoso com o desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, cuja engenhosidade e criatividade destacou.